



## **POLÍTICA DE INCENTIVO A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES: REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS**

Richéle Timm dos Passos da Silva - UFRGS

**Resumo:** Diante das mudanças ocorridas nos setores econômicos, tecnológicos e político-sociais, conduzimos nossas reflexões sobre a educação e o compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos. Em nome da inserção internacional, estabeleceu-se em 2011, um programa de mobilidade acadêmica- profissional visando o aprimoramento das pesquisas em diversas áreas. Temos como objetivo, refletir sobre essa política de formação de pesquisadores materializada no Programa Ciência Sem Fronteiras. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, a partir dos sítios do Programa e dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, com análise de dados quali-quantitativa. Apresentamos essa proposta no intuito de problematizar os rumos que as políticas de formação de pesquisadores podem estar evidenciando. Consideramos que essa política tente a sinalizar algumas áreas como prioritárias em face da inserção brasileira no cenário mundial das grandes potências científico-tecnológicas. A relevância assenta-se na contribuição à temática na área da Educação Superior e da formação de pesquisadores.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais, Formação de Pesquisador, Educação Superior.

### **INTRODUÇÃO:**

O Brasil encontra-se em um momento importante e desafiador no atual cenário das mudanças ocorridas nos setores econômicos, tecnológicos e político-sociais. Nesse contexto, por vezes paradoxal, discutimos estratégias e ações que as Instituições de Educação Superior<sup>1</sup> podem vir a desempenhar perante a sociedade e junto dela que ultrapassem interesses privados e/ou estritamente mercadológicos e consumistas.

Sabemos, contudo, que como instituição social, esse lócus exprime em seu espaço, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, incluindo opiniões,

---

<sup>1</sup> Tomaremos como base as reflexões de Dias Sobrinho (2010) quando nos referirmos a “Educação Superior” e a “universidade”, por compreendermos que na atualidade há diversidade de instituições nesse nível de ensino. Assim, para esse autor, “muitas vezes a expressão educação superior incorpora atividades que não seriam propriamente de nível superior [...] uso ‘universidade’ quando pretendo insistir nas funções mais amplas de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento. Importante destacar aqui que o grande diferencial da universidade é a produção do conhecimento [...] já ‘educação superior’ é uma expressão que, incluindo, embora não necessariamente a ‘universidade’ e, até mesmo, atividades pós-secundárias’ ou ‘pós-médias”, compreende também as instituições dedicadas, principalmente, e, muitas vezes, exclusivamente ao ensino. Hoje, o ensino praticado nas instituições de nível superior, especialmente as mais recentes criadas e de menor porte, está bastante direcionado a capacitação técnico-profissional, isto é, a preparação de mão-de-obra” (DIAS SOBRINHO, 2010, p .35).

atitudes e projetos conflitantes que carregam em si divisões e contradições da sociedade (CHAUI, 2003).

A Educação Superior ao longo da sua história, foi se construindo e se reconstruindo num movimento de redesenho das políticas e da legislação. Para Leite (2006, p.187) “políticas que podem ser resultantes do interesse público ou de grupos sindicais ou de grandes agências internacionais”.

O papel do Estado diante do atual cenário exige a análise do contexto mais macro, interligado as políticas neoliberais da sociedade capitalista que pode ser compreendido no desdobrar de sua ação na materialidade das políticas públicas sociais, mais precisamente aqui, nos interessa saber das políticas públicas educacionais.

Dessa maneira, por decorrência do fenômeno da globalização, em nome da inserção internacional, o governo brasileiro, no ano de 2011, estabeleceu um programa de mobilidade acadêmica e profissional visando o aprimoramento da qualidade e eficiência das pesquisas em diversas áreas da educação: Programa Ciência Sem Fronteiras.

O presente trabalho é um levantamento dos dados iniciais do programa Ciências Sem Fronteira, a partir dos documentos oficiais disponibilizados nos sites desse e dos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Com o intuito de refletir sobre essa política de incentivo a formação de pesquisadores, indagando sobre os prováveis rumos que a educação tende a inserir-se e problematizando questões de ordem econômico-sociais.

Diante dessa política interministerial, temos a Educação Superior, através dos seus alunos e professores, diretamente impactados no intuito de inserirem-se internacionalmente como pesquisadores que precisam qualificar-se a fim de fortalecer a economia do conhecimento<sup>2</sup> do nosso país.

Por isso, este artigo objetiva refletir sobre as políticas públicas educacionais de incentivo a formação de pesquisadores, mais precisamente sobre esse atual programa Ciência Sem Fronteiras. Consideramos que essa política de formação de pesquisadores tende a sinalizar algumas áreas como prioritárias, demandas da globalização econômica<sup>3</sup>, com a

---

<sup>2</sup> A expressão economia do conhecimento é utilizada dos diversos autores. Tomaremos a concepção de Dias Sobrinho (2010) que diz “o conhecimento é hoje amplamente reconhecido como principal insumo da economia. Assim sendo, o valor do trabalho e das mercadorias teria se transferido para a aplicação do conhecimento e a capacidade gerencial [...] o valor do trabalho intelectual superou largamente o do trabalho manual” (p. 76).

<sup>3</sup> A escolha de áreas prioritárias não está desvinculada das necessidades do mercado. Por isso, “a economia do conhecimento dá o tom e as cores da sociedade do conhecimento. Quem sabe aplicar os conhecimentos e gerenciar os processos que os transformam em riquezas tem prestígio social e alto valor de mercado. Daí o prestígio de áreas tecnológicas, como as engenharias, e de administração e economia [...] educação superior é a chave da economia” (DIAS SOBRINHO, 2010, p.77).

finalidade de aproximar o Brasil, como produtor de conhecimento, das grandes potências científico-tecnológicas do cenário mundial.

Contudo, há que se atentar para que a formação de pesquisadores, a pesquisa e o conhecimento produzido em nome do progresso e do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro não se reduza as necessidades e imposições colocadas pelo mercado. E sim que possuam como fim último o resgate as questões sociais, a dignidade da pessoa humana e a justiça social dos povos gerando benefícios sociais na qualidade de vida da população.

É relevante salientar que a implantação deste programa Ciências Sem Fronteiras é muito recente. Por isso, os dados iniciais e as reflexões parciais tendem mais a indagar e problematizar alguns rumos que as políticas educacionais de formação de pesquisadores podem estar evidenciando do que uma análise conclusiva sobre o tema. Assim, não temos o objetivo de esgotar as reflexões e considerações a respeito desse tema neste trabalho.

Pretendemos contribuir com a área de estudo das políticas educacionais para a Educação Superior trazendo essa nova política de incentivo a formação de pesquisadores, para ser discutida com e pelos pares a fim de se pensar nos rumos que a Educação Superior vem sinalizando inserir-se. Finalmente, almejamos fortalecer esse campo de investigação com elementos teóricos-práticos.

## **1. A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

A história da Educação Superior brasileira demonstra a sua implementação e seu desenvolvimento estritamente ligados a modelos europeus e norte-americanos. No contexto de criação das primeiras universidades, na década dos anos 20, conforme Gamboa (1999, p. 80), “encontramos um discurso polêmico, criticando as limitações do modelo universitário voltado somente para o ensino e reclamando a necessidade de implementação da pesquisa nas instituições de ensino superior defendida como forma de afirmar o nacionalismo”.

Temos visto que na segunda metade do século XX, houveram mudanças no campo econômico e social e sabemos que elas implicaram diretamente os contornos da educação e das políticas públicas. Para Rossato (2011, p. 20), “as transformações políticas e econômicas tiveram profunda influência no campo da educação e as recentes tendências da globalização e do capitalismo, trazendo no seu bojo o neoliberalismo e a própria pós-modernidade com todas as suas contestações,” também incutiram o novo modo de pensar/fazer educação.

A doutrina neoliberal também serviu de fundamento às reformas do Estado em meados dos anos noventa. Para Chaves *et all* (2008), essa concepção responsabiliza o Estado pela crise econômica e caracteriza o setor público como ineficiente, portanto, é preciso reduzir a atuação do Estado nos serviços sociais. A educação superior passa a ser concebida como gasto público e por isso é induzida a captação de recursos do mercado capitalista (CHAVES *et all*, 2008).

Com isso, evidenciamos a interferência de organismos internacionais e de seus documentos com força de políticas no que tange ao cenário das políticas públicas para a educação no Brasil. O Banco Mundial, em 1995, apresenta em seu documento *La Enseñanza Superior*, diretrizes para a reforma da Educação Superior na América Latina, Ásia e Caribe. Compreende que a universidade derivada do modelo humboldtiano de pesquisa é inevitável teórico e financeiramente ao Estado (CHAVES *et all*, 2008). Em 1998, a UNESCO organizou a primeira Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Desta Conferência, resultaram documentos norteadores das grandes tendências para a Educação Superior do século XXI auxiliando até hoje, o desenho das políticas e a atuação do Estado na educação brasileira.

Conforme o referido autor (2011, p. 20), “sinteticamente podemos afirmar a partir dos documentos que novas exigências e novos desafios se colocam no horizonte da universidade na entrada do novo milênio. Segundo a UNESCO as novas universidades necessitarão estar abertas às novas exigências de forma que os estudos se caracterizem por uma maior flexibilidade”.

Essa é uma intenção que políticas de mobilidade de acadêmicos e pesquisadores tendem a alcançar. O programa em análise, neste texto, é uma forma de que isso ocorra, já que as instituições de Educação Superior brasileiras, cada vez em número maior, objetivam integrar o Programa Ciências Sem Fronteiras, para usufruírem dos recursos e da possibilidade de inserção internacional em pesquisas nas mais diversas áreas.

No documento da UNESCO (1999), encontramos que o ensino superior deve se esforçar para encontrar um “justo equilíbrio entre os vínculos que deve ter e a distância que deve guardar do mundo do trabalho [...]” e assim coloca o trato com as questões educacionais: “Quanto mais o saber se torna uma força produtiva mais o ensino superior deverá dar uma contribuição visível à economia e à sociedade” (UNESCO, 1999, p.340).

Com essa afirmação, há uma forte tendência a se pensar e fazer da Educação Superior, ou seja, das suas atividades de ensino, da pesquisa e da extensão, bens de consumo, mercadorias, que devem atender estritamente ao mercado de trabalho e o conhecimento nesse

contexto é moeda valiosa. Por isso, há que se ter uma vigilância constante nos rumos que as políticas públicas podem estar incentivando.

Na maioria das vezes, o que se observa é que as questões de justiça social, de dignidade humana e responsabilidade/compromisso público com as questões sociais, as quais também devem ser preocupação da Educação Superior, não estão em pauta quando se fala em pesquisas educacionais e financiamento e incentivo a essas pesquisas.

Evidenciamos essa lógica ao tomarmos conhecimento das áreas que o Programa Ciência Sem Fronteiras atende: muito mais vinculadas às questões de mercado (demandas das engenharias e tecnologias) do que as áreas das ciências humanas/sociais que não são contempladas neste programa com recursos financeiros, obrigando assim, aos pesquisadores dessas áreas do conhecimento, a buscarem outros caminhos de financiamento para suas pesquisas.

Cabe lembrarmos a Lei de Inovação Tecnológica, Lei n. 10,973, de 2 de dezembro de 2004, que regula o relacionamento entre as universidades e as empresas. Conforme Franco e Afonso (2010) essa lei incentiva o investimento em inovação e produção científica, aliando também a atividade industrial.

Para as autoras, ela é essencial à Educação Superior já que “fornece uma oportunidade para a criação de centros de inovação e tecnologia, responsáveis pelo desenvolvimento e surgimento de empresas, desenvolvimento de produto e de pedido de patente, potencializando a geração de processos de mudança na comunidade acadêmica e, em especial, no mercado” (FRANCO e AFONSO, 2010, p. 5).

Todavia, partimos da premissa que todo esse aparato legal precisa ser apoderado pelos pesquisadores também como “a necessidade de buscar o sentido da nossa apropriação e produção do conhecimento, da nossa prática sócio-política com o objetivo de fortalecimento do interesse público em detrimento do privado” (GENRO, 2002, p. 31).

A Educação superior é desafiada para que defina, neste cenário de desenvolvimento científico e tecnológico, suas áreas de interesse, suas atividades, demandas e responsabilidades. Dias Sobrinho (2010) nos coloca que a realidade atual é uma situação que nos é nova e essa imprime demandas e contradições, onde o jogo de forças da sociedade contemporânea é evidente.

Para este autor, o que nos cabe é discutir os fins já que “em boa parte, a educação superior estaria deixando de ter como referência o desenvolvimento da sociedade e a formação da consciência crítica de cidadãos e estaria elegendo como finalidades principais a

autonomização técnica, a competitividade individual, a instrumentalização econômica, a operacionalidade profissional” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 23-24).

Essa visão de Educação Superior corrobora com o que Chauí (2003) denomina universidade operacional, que entende a universidade como organização, trata a “pesquisa como estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado [...] não é um conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa [...]” (p. 7).

Portanto, a Educação Superior da contemporaneidade, na visão de muitos autores passa por uma crise. Santos (2010) a denomina de Hegemonia, Legitimidade e Institucional<sup>4</sup>. Dias Sobrinho (2010), chama de crise estrutural<sup>5</sup> e diz que essa se manifesta principalmente nos níveis do Estado, do trabalho e do sujeito. Isso impõe a “Educação Superior a obediência ao mercado, mais do que o compromisso com a formação de cidadãos [...]” e ao mesmo tempo ela “é um dos mais importantes motores de aprofundamento da crise e da sua superação” (p. 22).

Com essa constatação, é possível e se faz necessário pensar na Educação Superior e mais precisamente nas pesquisas que realiza, a partir das demandas, a quem serve e o tipo de sociedade que deseja incentivar. Isso nos remete a discussão feita por Severino (2002), que apresenta o conhecimento como elemento específico fundamental na construção do destino da humanidade. Para ele, “a produção do conhecimento precisa ser crítica, criativa e competente e será consistente se fundamentada num processo de competência simultaneamente técnica, criativa e crítica” (p.122).

Dias Sobrinho (2010) também discute essa questão e nos atenta para a responsabilidade social da Educação Superior que precisa recuperar sua dimensão ético-política de produção de ciência com rigor e pertinência.

Para Goergen (1998, p. 3), “não há dúvida de que a capacidade de produzir conhecimentos é um dos fatores determinantes da distribuição do poder econômico, em nível

---

<sup>4</sup> Em suma, podemos dizer que as crises se dão num caráter de contradição no interior delas próprias. Crise da Hegemonia se dá devido a contradição entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais (p. 190); a Crise da Legitimidade é a contradição entre hierarquização e democratização (p. 190) e a Crise Institucional podendo ser a contradição entre autonomia institucional e produtividade social (p. 190).

<sup>5</sup> A crise estrutural da Educação Superior manifesta-se no Estado já que este “não consegue prover de modo satisfatório as instituições encarregadas de produzir a equidade, a justiça social, os processos e as instituições de democratização, dentre as quais privilegiadamente, as educativas”. Também se manifesta no trabalho já que a “nova economia rompeu com os tradicionais modelos de trabalho e criou riquezas para uns, porém espalhando desemprego, insegurança e precariedade para muitos”. E por fim, a crise também se manifesta no sujeito, pois a “sociedade perdeu em grande parte suas referências valorativas e se enfraqueceram os processos de construção das subjetividades no sujeito, pelos quais os indivíduos se integram construtivamente na produção da vida social” (Dias Sobrinho, 2010, p. 21 e 22).

mundial. Os países que têm o melhor índice de produção de conhecimentos encontram-se na liderança da economia”.

O Brasil, portanto, como economia emergente, através da política de incentivo a formação de pesquisadores, tomando aqui como exemplo o programa Ciência Sem Fronteiras, busca inserir-se nesse competitivo mercado do conhecimento e ascender economicamente através da melhoria na qualidade da sua produção de conhecimento.

O modelo de Educação Superior que prevalece hoje em dia, mais precisamente de liderança na produção de conhecimento, é o proveniente dos Estados Unidos da América. Para Dias Sobrinho (2010), se explica pela importância das novas tecnologias e pela globalização econômica, em que este país tem incontestável liderança tecnológica e econômica mundialmente. Conforme esse autor, esse modelo assenta-se na concepção de mundo voltado a progresso e ao desenvolvimento que decorre das tecnologias que devido a globalização econômica vem a se expandir.

Santos (2007), quanto ao centro epistemológico da produção do conhecimento, nos propõe pensar numa produção fora dos centros hegemônicos, ou seja, uma produção dos países periféricos e semi-periféricos do sistema mundial, os quais caracterizariam a Epistemologia do Sul. O protagonismo dos pesquisadores, a realidade local, as necessidades particulares da sociedade do sul global são alguns elementos que compreendem essa epistemologia. Há que se considerar que o norte, hegemônico no modo de produzir conhecimento, não dite as normas ao sul e que este não seja consumidor de conhecimento e sim produtor de seus saberes.

É preciso atenção para que a produção do conhecimento não se dê somente a partir de uma visão do tipo utilitarista o qual “a racionalidade e a lógica próprias do mundo da produção, do mercado e da geração de lucros, expande-se para as outras esferas da vida, de modo que tudo começa a ser medido por tais parâmetros” (GOERGEN, 1998, p. 6).

A partir disso, convém ressaltar que o conhecimento produzido, precisa ser entendido e considerado como um bem público. Assim, conforme Dias Sobrinho (2010), é diferente considerar a produção, a aquisição e a aplicação do conhecimento como um bem público e inegociável ou como mercadoria. Nas palavras do autor, “as diferenças de uma e outra concepção interferem efetivamente na produção, na distribuição, na aprendizagem, nos usos e nas finalidades dos conhecimentos” (p. 84).

Por fim, a partir dessas reflexões nos cabe pensar o programa Ciências Sem Fronteiras, bem como demais políticas educacionais de incentivo a formação de pesquisadores, refletindo e considerando os elementos que compõe esse campo: intenções das

políticas, interesses do Estado e do mercado econômico, áreas prioritárias que são atendidas, finalidades dos conhecimentos a serem produzidos para ponderar sobre os aspectos que estão valorizando a fim de que não esqueçam de que a maior contribuição da produção de conhecimento deva ser o resgate da dignidade humana e a justiça social.

## **2. APRESENTANDO O PROGRAMA CIENCIA SEM FRONTEIRAS**

O Programa Ciência Sem Fronteiras “é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (BRASIL, 2012a), sendo assim, oferece benefícios financeiros, através dos editais de bolsas, aos candidatos que desejarem cursar parte da graduação ou pós-graduação no exterior.

Este programa foi apresentado pela presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2011, numa solenidade no Palácio do Planalto. É resultado dos trabalhos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), juntamente com as suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – bem como com as Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

De acordo com as informações disponibilizadas no projeto que regulamenta e norteia essa atividade, há previsão de até 75 mil bolsas em quatro anos, visando promover intercâmbio internacional, de forma que alunos de graduação e pós-graduação possam fazer estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação (BRASIL, 2012a).

Quanto às instituições de destino, temos que “os estudantes e pós-doutores do Ciência sem Fronteiras terão o seu treinamento nas melhores instituições disponíveis, prioritariamente entre as mais bem conceituadas para cada grande área do conhecimento” (BRASIL, 2012a). Essas instituições estão listadas nos principais rankings internacionais.

Há oportunidade de ocorrer em instituições que não estão nessa lista inicial dos destinos e, caso a instituição de interesse do candidato não esteja na lista, ele deverá apresentar, junto da inscrição, “uma justificativa que indique a excelência da Universidade ou Instituto de Pesquisa na área de interesse do beneficiário da bolsa no Programa Ciência sem Fronteiras” (BRASIL, 2012a).

No que diz respeito a modalidade de bolsas que esse programa prevê, temos: graduação, tecnólogo, treinamento no exterior, doutorado sanduíche, doutorado pleno e pós-doutorado. Os benefícios dessa bolsa incluem mensalidade, auxílio-instalação, passagens aéreas e seguro saúde, pagos de 3 a 12 meses ou até 48 meses para doutorado pleno (BRASIL, 2012a).

Outro dado interessante a se observar é a atração de pesquisadores ao Brasil, incentivo que também faz parte desse programa. Para isso, busca “atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior” (BRASIL, 2012a).

As modalidades desse tipo de fomento se dão na categoria pesquisador visitante especial e atração de jovens talentos. O pesquisador visitante especial visa “incentivar a atração de cientistas renomados e líderes de grupos de pesquisa no exterior por meio da oferta da bolsa pesquisador visitante especial e auxílio a pesquisa” (BRASIL, 2012a). A atração de jovens talentos também com a intenção de captar jovens cientistas ao Brasil, ainda pode incluir uma cota de bolsa de iniciação científica ou iniciação tecnológica e industrial. Ambas as modalidades de atração de pesquisadores podem ter o benéfico até por 3 anos.

### **3. INQUIETAÇÕES E ANÁLISES**

Conforme já exposto, devido ao programa Ciências Sem Fronteiras ser muito recente, existem poucos dados disponibilizados ao público interessado. Contudo, alguns destaques são passíveis de se obter. Assim, a partir dos objetivos do programa, citados a seguir, descritos no Art. 2º, do o decreto nº 7. 642 de 13 de dezembro de 2011, realizamos indagações no intuito de refletirmos sobre essa política educacional:

I – promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil (BRASIL, 2012b).

Sabemos, conforme o exposto no Art. 14 do decreto, que os recursos financeiros serão dotações orçamentárias da União e de outras fontes de recursos provenientes de entidades públicas e privadas. Contudo, ao abrir para recursos de ordem privadas, há que se considerar que estes pesquisadores precisarão atender aos anseios privados e necessariamente responderem em suas pesquisas a esses interesses. Cabe ressaltar que qualidade, empreendedorismo e competitividade são aqui demarcadas no sentido do mercado globalizador do conhecimento, já problematizados anteriormente pelas palavras dos estudiosos da área, os quais sinalizam a inserção do Brasil internacionalmente, demandas da globalização, para emergir na economia a partir da produção de conhecimento, tecnologia e inovação.

II – ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior (BRASIL, 2012b).

Considerando que a globalização do conhecimento oportunizou um contato maior com os centros de excelência, a inserção brasileira, a partir desse programa, nesse cenário e oportuniza períodos, durante a realização dos cursos nas instituições brasileiras, para realizar parte dessa formação em instituições exteriores conveniada ao programa. Isso demanda a Educação Superior brasileira rever também seus programas de curso, suas atividades didático-pedagógicas, entre outras. Questionamo-nos sobre: Quê conhecimento e para quê conhecimento estaremos privilegiando? Quem ditará as possíveis reformas curriculares da Educação Superior brasileira? Pois, a mobilidade implica à instituição que acolhe ao pesquisador ter interesse nos estudos que este fará e à sua instituição de origem não trabalhar de uma maneira antagônica ao centro do qual o pesquisador pretende inserir-se.

No objetivo seguinte temos “III – criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecimento padrão internacional” (BRASIL, 2012b). Assim, o reconhecido padrão internacional não deve atender só a área definida pelo mercado. Há que estabelecermos um reconhecimento padrão internacional também na visão de cidadão global, que se preocupa com as questões sociais, independente da localização geográfica, pois dignidade humana e justiça social são necessidades mundiais.

IV – promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente (BRASIL, 2012b).

Quanto a reconhecida liderança, há muito que aprendermos sim com outras nações, contudo a que se pensar nas particularidades e necessidades locais que não são contempladas. Assumir nossa face latino-americana também é posicionarmos frente ao conhecimento produzido pelos europeus e norte-americanos. Afinal, é cooperação, e, isso implica, troca e não, inserir-se afim de “trazer” o conhecimento pronto e aplicá-lo aqui.

No objetivo “V – promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação” (BRASIL, 2012b), problematizamos que ciência, tecnologia e inovação também são demandas das áreas sociais/humanas, já que essas são importantes áreas para diminuir as diferenças econômico-sociais entre os povos numa outra perspectiva.

Seguindo, temos no VI objetivo, “contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros” (BRASIL, 2012b). Nesse momento chamam à integração internacional as instituições brasileiras. Há que pensar sobre essa questão. Devido a internacionalização, não podemos perder de vista os interesses brasileiros e sendo o conhecimento um bem público, esse não pode estar a serviço de determinadas instituições e servir a interesses privados.

No próximo objetivo, “VII – propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil” (BRASIL, 2012b), temos a abertura para demonstrar que somos produtores de conhecimento e que os centros de excelência também têm o que aprenderem conosco. É nossa habilidade de pensarmos no rigor científico sem perdermos a realidade das questões sociais que emergem no nosso país.

No objetivo “VIII – contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras” (BRASIL, 2012b), cabe apenas não esquecermos que as questões sociais não podem ser usadas como meio de acesso e benefício dos interesses privados, pois na maioria das vezes a competitividade é em função do lucro, do progresso e desenvolvimento que não tem em seus elementos as questões sociais.

Por fim, temos o último objetivo, “IX – estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação” (BRASIL, 2012b). É sabido que as pesquisas aplicadas, aquelas das áreas que fornecem “produtos”, com fim último a comercialização, é o foco de interesse desse programa. Porém, há que se pensar a que custo a vida humana e ao ambiente esse desenvolvimento ocorrerá.

Conforme listagem abaixo, podemos conhecer os temas e as áreas de interesse do programa Ciências Sem Fronteiras (BRASIL, 2012d):

- Engenharias e demais áreas tecnológicas
- Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde
- Computação e tecnologias da informação
- Tecnologia Aeroespacial
- Fármacos
- Produção Agrícola Sustentável
- Petróleo, Gás e Carvão Mineral
- Energias Renováveis
- Tecnologia Mineral

- Biotecnologia
- Nanotecnologia e Novos materiais
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais
- Biodiversidade e Bioprospecção
- Ciências do Mar
- Indústria criativa
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva
- Formação de Tecnólogos

Evidenciamos que as áreas aplicadas, de ciências exatas e da natureza, são as mais contempladas nessa política de formação de pesquisadores e de incentivo a pesquisa. Registramos aqui seu grau de importância, porém, não podemos deixar de mencionar a falta de temas relacionados às pesquisas humanas e sociais, também muito importantes e necessários de serem discutidos no âmbito da pesquisa e da sua contribuição epistemológica.

Quanto as metas desse programa ao número de bolsas, para pesquisadores dessas áreas do conhecimento, podemos intuir pelo quadro abaixo, que a tendência é aumentar o incentivo e a aplicação de recursos com o passar dos anos:

**Quadro 1** – Número de bolsas por modalidade de distribuição:

<b>MODALIDADE</b>	<b>Nº DE BOLSAS</b>
Doutorado sanduíche	24.600
Doutorado pleno	9.790
Pós-doutorado	11.560
Graduação sanduíche	27.100
Treinamento de Especialista no Exterior (empresa)	700
Jovem Cientista de grande talento (no Brasil)	860
Pesquisador Visitante especial (no Brasil)	390
Total	75.000

**Fonte:** (BRASIL, 2012d).

Já ocorreu um balanço dos dados iniciais do programa, a partir de uma reunião de coordenadores das instituições que aderiram ao programa Ciência sem Fronteira, realizada dia 8 de fevereiro de 2012 e apresentou balanço geral das ações desenvolvidas desde o lançamento do programa.

Conforme a matéria publicada no site do Cnpq, “o balanço ressaltou as 36.172 inscrições registradas para a segunda chamada do programa (graduação-sanduíche) para instituições de ensino superior dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e

França. O destaque é para as 9.440 inscrições para os Estados Unidos e 4.928 para o Reino Unido” (BRASIL, 2012c).

Ainda nessa reunião, o depoimento do presidente da Capes ressalta a importância do programa no cenário mundial: “este é um programa que não vai parar em quatro anos. Todas as instituições do mundo querem participar do programa e já vimos a excitação dos alunos nas universidades brasileiras. Este programa mudará a maneira de atuação das universidades”, disse Jorge Guimarães (BRASIL, 2012c).

O caso do balanço feito pelo MCTI (BRASIL, 2012d), em relatório impresso neste ano de 2012, que contabiliza suas atividades de 2011 e, dentre elas, insere o programa ora em análise, aponta os locais e o número de bolsas já concedidas a partir dos editais de 2011:

**Quadro 2** – Bolsas já acordadas com os países referentes a primeira chamada

<b>País</b>	<b>Quantidade de bolsa</b>
EUA	18.000
Reino Unido	10.000
Alemanha	10.200
França	10.000
Itália	6.000

**Fonte:** (BRASIL, 2012d).

No documento citado, temos que na segunda fase do programa, que se dará com o lançamento de novo edital em fevereiro de 2012, serão contemplados bolsas nos Países da Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal, Austrália, Canada, Suécia, Coreia, China, Índia, Japão, dentre outros.

A partir desses dados e das inquietações iniciais que este programa suscita, convém atentarmos para os rumos que a Educação Superior, as pesquisas educacionais e as políticas públicas brasileiras estão contemplando, pois se faz necessário uma constante vigilância a fim de não perdermos nossa educação pública, laica e gratuita.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Diante do importante e desafiador momento que nos encontramos no cenário das mudanças nos setores econômicos, tecnológicos e político-sociais, inquietou-nos pensar a respeito desta política de formação de pesquisadores, incentivada através do Programa Ciências Sem Fronteiras.

Tais motivos nos impulsionaram a um movimento reflexivo sobre os aspectos vivenciados na educação no que tange ao seu financiamento, incentivo e compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos. De igual importância, pretendemos sinalizar a atuação do

Estado diante dessa política de fomento, que impulsiona a pensar o Brasil num patamar de produção do conhecimento como participante do cenário mundial das pesquisas.

Em nome da inserção internacional, decorrente da globalização, o governo brasileiro, através de suas políticas e mais precisamente desse programa de mobilidade acadêmica e profissional, não pode perder de vista o aprimoramento da qualidade e eficiência das pesquisas nas mais diversas áreas da educação, porém precisa incluir em suas pautas de discussão as questões sociais e humanas.

Nesta perspectiva, a intenção deste artigo é justamente trazer para a discussão com os pares, essa política de formação de pesquisadores que vem se estabelecendo no cenário brasileiro da Educação Superior. Mesmo a partir de dados iniciais, das indagações ainda parciais, precisamos atentarmo-nos para esse programa, o qual almeja solidificar-se e fortalecer-se com o passar dos anos.

O programa Ciências Sem Fronteiras tem números audaciosos e visa cumprir metas na formação de pesquisadores e, por isso, necessita de grandes investimentos financeiros para realizar sua intenção. Precisamos acompanhar essa política educacional, pois as respostas a sociedade precisam acontecer visto que o conhecimento, o desenvolvimento e o progresso precisam ser sentidos na vida humana/social a partir dos benéficos que pode agregar a sociedade.

A forte tendência de fazer da Educação Superior e do conhecimento, bens de consumo, mercadorias, que devem atender estritamente ao mercado de trabalho é uma constante. Contudo, as questões de justiça social, de dignidade humana e responsabilidade/compromisso público com as questões também devem ser preocupação da Educação Superior e do Estado através de financiamento e incentivo à pesquisas.

Há que se ter uma atenção constante nos rumos que as políticas públicas podem estar incentivando e nos rumos que a Educação Superior está tomando, percebendo quê produção do conhecimento estamos privilegiando e quê sociedade estamos incentivando.

Quem sabe é preciso lutarmos para que se incluam neste programa as áreas das ciências humanas e sociais? Pois percebemos que elas não forma contempladas pelo Programa Ciência Sem Fronteiras.

É necessária sim, a integração do Brasil no cenário internacional da globalização do conhecimento. Contudo, não podemos esquecer das necessidades da produção do conhecimento e não do seu consumo, do protagonismo do pesquisador brasileiro, das particularidades das nossas raízes latino-americanas.

Preocupa-nos a questão do protagonismo do pesquisador, das questões sociais em detrimento das questões privadas que o mercado suscita. Inquieta-nos saber como estamos lidando com o nosso compromisso ético-político da atividade de pesquisa. Para tanto, apoiamo-nos na perspectiva de um conhecimento que seja pautado pela epistemologia do sul (SANTOS, 2007).

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL, **Programa Ciências Sem Fronteiras**. Disponível em:

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf> acesso em: 6 mar. 2012a.

BRASIL, **Decreto nº 7642**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm) acesso em: 6 mar. 2012b.

BRASIL, **Sala de imprensa**. Disponível em:

<http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2012/0209b.htm> acesso em: 6 mar. 2012c.

BRASIL, **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012-2015: Balanço das atividades estruturantes 2011**. Disponível em:

[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0218/218981.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf) acesso em: 6 de mar. 2012d.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sobre nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Anped, nº 24, São Paulo, Out. 2003.

CHAVES, Vera Lucia *et al.* Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In; MOROSINI, Marília, OLIVEIRA, João Ferreira de e BITTAR, Mariluce. (Orgs.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília/DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FRANCO, Maria Estela e AFONSO, Mariangela Rosa. Gestão de pesquisa e dimensões de qualidade na educação superior. In: ANPED-SUL, VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, v. 1, 2010.

GAMBOA, Silvio Sánchez. A pesquisa na construção da universidade: compromisso com a aldeia num mundo globalizado. In: LOMBARDI, J. (Org.). **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados, 1999.

GENRO, Maria Elly H. Universidade mercantilismo e cidadania. **Revista Textual**. Porto Alegre: SINPRO/RS, v. 1, nº.1, nov. 2002.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. **Revista Educação e Sociedade**. vol. 19 n. 63, Campinas/SP, Ago. 1998.

LEITE, Denise. Modelos Institucionais, avaliação e isomorfismos. In: RISTOFF, Dilvo e SEVEGNANI, Palmira. **Modelos Institucionais de Educação Superior**: Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Coleção Educação Superior em Debate, v. 7, 2006.

ROSSATO, Ricardo. Universidade brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. In ISAIA, Silvia Maria de Aguiar (org.). **Qualidade da educação superior: a universidade como lugar de formação**. Porto Alegre: Edipucrs, Série qualidade da educação superior, v. 2, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 6, nº10, fev. 2002.

UNESCO. **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**. Brasília: UNESCO-CRUB, 1999.